



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL
Rod. Juscelino Kubitschek, KM-02 - Jardim Marco Zero – Macapá/AP
Telefone: (96) 3312-1730 / 3312-1729
CNPJ: 34.868.257/0001-81

REQUERIMENTO
CONCESSÃO DE PENSÃO CIVIL

Solicito a **concessão de pensão**, nos termos do disposto no art. 217 da Lei nº 8.112, de 1990.

1. Dados do Requerente

Situação*:				
Cônjuge ()	Companheira (o) ()	Filhos ()	Outros ()	
Nome civil completo*:				
CPF*:	RG*:	Data de expedição*:	Órgão de expedição*:	
Título de Eleitor:		Zona:	Seção:	UF:
Endereço Residencial:			Bairro:	
Cidade:			CEP:	UF:
Banco*:		Agência*:	Conta Corrente*:	
Telefone residencial: ()		Celular*: ()		
E-mail*:				

* preenchimento obrigatório

2. Procurador/Curador

Em caso de apresentação de requerimento por procurador ou curador, informar:

Nome completo: *	
CPF*:	RG/OAB*:
Telefone: ()	Celular*: ()
E-mail*:	

* preenchimento obrigatório

3. Dados do(a) Ex-servidor(a) na data do óbito

Nome completo: *		
Nome social (Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016):		
Matrícula SIAPE*:	CPF*:	RG:
Situação*:		
Ativo ()		Inativo ()
Cargo*:	Classe*:	Padrão*:

* preenchimento obrigatório

4. Identificação dos Dependentes

Nome dos Beneficiários	Grau de Parentesco	Data de Nascimento

5. Documentos que deverão ser anexados a este requerimento

a) Cópia da Certidão de Óbito do instituidor da pensão
b) Cópia da Carteira de Identidade, do CPF e do Título de Eleitor do Requerente
c) 2ª Via da Certidão de Casamento, com data de expedição recente, se for o caso
d) Declaração de União Estável ou documentos comprobatórios conforme definido no § 3º do Art. 22 do Decreto nº 3.048/99
d) Escritura Pública de Pacto Antinupcial, quando união em regime de Comunhão Universal ou Separação Total de bens
e) Cópia da Certidão de Nascimento e CPF dos filhos/enteados/dependentes econômicos do ex-servidor, se for o caso
f) Declaração de Dependência Econômica ou Processo de reconhecimento de Dependência Econômica, se for o caso

g) Sentença de Separação Judicial com percepção de Pensão Alimentícia, se for o caso
h) Comprovante de residência
i) Cópia da Carteira de Identidade e CPF do Procurador
j) Procuração/Certidão de Curatela (se requerimento apresentado por procurador/curador)

6. Declarações

Declaro, para os fins de concessão de pensão, que em relação a:

a) Outras fontes de renda (marque apenas uma das opções):
<input type="checkbox"/> Não faço jus a outra(s) fonte(s) de renda.
<input type="checkbox"/> Sim, faço jus a outra(s) fonte(s) de renda e responsabilizo-me a fornecer os respectivos comprovante(s) de rendimento (contracheque) conforme previsto nos incisos I a III do art. 1º da Portaria Normativa nº 2/SRH/MP, de 8 de novembro de 2011 e em todas as ocasiões em que for solicitado.

b) Acúmulo de pensão:
<input type="checkbox"/> não percebo qualquer pensão paga pelo Erário
<input type="checkbox"/> percebo a (s) seguinte(s) pensão(ões) paga(s) pelo Erário:
Órgão: _____ Valor (R\$): _____
Órgão: _____ Valor (R\$): _____

c) Veracidade das Informações:
<input type="checkbox"/> As informações ora prestadas são verdadeiras, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e penal, conforme Art. 299 do Código Penal Brasileiro (falsidade ideológica).

_____/____, ____ de _____ de _____.

(Local e data)

(Assinatura)